

-----Ata n.º 06-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2014, pelas 18.00 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2014 a cobrar em 2015, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**2.º Ponto** - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2014 a cobrar em 2015, a que os municípios têm direito em cada ano, tendo presente a alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**3.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2015, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**4.º Ponto** - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2015, prevista na Lei n.º 5/2004 de 10.02 - Lei das Comunicações Eletrónicas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da 75/2013 de 12.09;-----

-----**5.º Ponto** - Tomar conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º Semestre 2014 – Câmara Municipal de Torres Vedras – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – Promotorres, E.M., para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, na sua atual redação;-----

-----**6.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2015 do Município de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09;-----

-----**7.º Ponto** – Discussão e votação dos Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento Receita/Despesa e Mapa de Pessoal para o ano de 2015 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09 - Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 6 da Lei nº 8/2012, de 21.02;-----

-----**8.º Ponto** - Autorizar a abertura de procedimentos concursais ao abrigo da Lei n.º 83-C/2013 de 31.12;-----

-----**9.º Ponto** – Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual - Contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia da Ventosa – Organizar e gerir os transportes escolares, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02;-----

-----**10.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual e repartição de encargos para a empreitada de reconstrução e ampliação de loja antiga para as instalações da

Área da Juventude da Câmara Municipal de Torres Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02 e n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08.06;-----

-----**11.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual e repartição de encargos para aquisição de terreno para a construção do Centro Educativo de Póvoa de Penafirme, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02 e n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08.06;-----

-----**12.º Ponto** – Deliberar sobre a desafetação de parcelas de terreno do domínio público para afetar ao domínio privado do município, conforme determina a alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12.09;-----

-----**13.º Ponto** – Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Oeste Sul, nos termos do art.º 31 do Decreto Lei n.º 253/2012 de 27.11;-----

-----**14.º Ponto** - Designação de dois cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, para efeitos do art.º 17.º da Lei 147/99 de 01.09;---

-----**15.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09.-----

-----Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar:-----

-----Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Jacinto António Franco Leandro, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Rui José Prudêncio, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, Ana Isabel Marques Fiéis, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Maria Leonor Marques Marinheiro, Vítor José dos Santos Fernandes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Renata Filipa dos Santos Romão Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Marta Filipa Sousa Geraldês, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso. -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, Hugo Miguel Fernandes Martins, Laura Maria Jesus

Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano -----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que o membro José Augusto Clemente de Carvalho, pediu ao abrigo da lei em vigor, a sua substituição para esta sessão e que se encontrava presente Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

APRESENTAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que as atas n.º 4 de 20 de junho e n.º 5 de 12 de setembro que foram previamente distribuídas por todos os membros, se encontravam na mesa para eventuais correções.-----

-----Não se registaram correções pelo que a Assembleia aprovou por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Primeiro Secretário Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo o documento sido numerado e rubricado, o qual irá ficar arquivado em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

-----Anota-se que foi numerado 1 documento que a seguir se indica: -----

RENUNCIA AO MANDATO:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----E-mail de Sérgio Augusto Nunes Simões, de 20 de outubro a informar que, continuando a exercer funções de assessor do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, está impossibilitado de reassumir o seu mandato pelo que solicita a consequente renúncia ao mesmo.-----

-----O Presidente da Mesa informou que a vaga foi preenchida de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 79 e nos termos do n.º 4 do art.º 76, da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação, passou à efectividade de funções o Sr. Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

-----De seguida informou que tinha sido entregue na Mesa pelo Grupo Municipal do PSD uma proposta que leu e que se transcreve:-----

PROPOSTA – COMISSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA MONITORIZAR O PLANO DE ESTACIONAMENTO:-----

-----“ Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal-----

-----Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal-----

-----Exmo. Srs. Vereadores-----

-----Exmo. Sr. Deputados Municipais-----

-----Minhas senhoras e meus senhores-----

-----A entrada em vigor no dia 6 de outubro de 2014 do plano de mobilidade trouxe algumas

alterações ao dia a dia dos torrienses e das pessoas que nos visitam quer em trabalho quer em turismo.

----A alteração das zonas de estacionamento em zonas de residentes; zonas mistas, zonas pagas e zonas livres.

----A alteração dos custos do estacionamento.

----Espera-se:

----Uma maior flexibilidade dos lugares de estacionamento.

----Uma maior acessibilidade ao comércio

----Um maior número de lugares livres para estacionamento.

----Um maior cumprimento de regras de trânsito.

----Necessário:

----Conhecimento das alterações (realizaram-se campanhas de sensibilização e divulgação);

----Cumprimento de regras (mobilização para o cumprimento das regras e multas para os não cumpridores (50 por dia no 1.º mês).

----Após a implementação do plano de mobilidade foi necessária alteração dos lugares de estacionamento, desta alteração decorreu a melhoria dos mesmos, na maioria, mas em alguns casos será necessário (certamente já está em estudo...) a alteração quer dos lugares pagos, quer dos lugares mistos e ou de residentes.

----Os lugares de estacionamento livre precisam de ser melhorados, quando chove aparecem autênticos charcos...

----O choupal encontra-se em obras de requalificação e neste momento causa grandes transtornos e filas durante praticamente todo o dia...

----Propõe-se melhorar a iluminação e a sinalização da rotunda (em constante mutação...)

----Como estão os trabalhos de requalificação:

----A decorrer como o previsto?

----Foram necessárias alterações?

----Propõe-se uma comissão da Assembleia Municipal para monitorizar o plano de estacionamento.

----Torres Vedras, 27 de novembro de 2014.

----O grupo da Assembleia Municipal do PSD.”

----Em nome do grupo municipal proponente o membro *Secundino Oliveira* anotou que a proposta vem no sentido de ser preciso mudar a mobilidade em Torres Vedras, cujo plano está em desenvolvimento. Reconhecem que estão a ser conseguidos alguns aspetos previstos, e também valorizam ter mais lugares de estacionamento e maior celeridade de circulação nalgumas ruas.

----No entanto também constatarem zonas com dificuldades acrescidas, referindo-se concretamente

às obras do Choupal, e não obstante ser normal alguns constrangimentos, é muito difícil circular naquela zona. O facto da estrada de acesso ao Forte estar fechada dificulta e as más condições do piso também.-----

-----Há aspectos que são referenciados e aceites por todos que precisam de ser recuperados e melhorados.-----

-----Assim, é nesta perspetiva de aproveitar o que está a correr bem e tentar melhorar o que está menos bem que propõem a criação de uma comissão para a assembleia poder acompanhar, sendo mais ativa nas alterações e contribuir para a melhoria deste plano que sem dúvida será a principal medida dos últimos tempos da cidade de Torres Vedras.-----

-----O membro do Grupo Municipal do PS, **Sr. Jacinto Leandro**, disse que a preocupação expressa na proposta é partilhada pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal, e todo o processo tem espelhado esta preocupação uma vez que se trata de uma grande alteração no estado da mobilidade na cidade de Torres Vedras, que tocou a todos.-----

-----Entende que todos os contributos que possam verter numa melhoria, caso a caso e global, é bem vinda, pelo que o PS nada tem a opor. Como já existe uma comissão técnica de acompanhamento, esta comissão da Assembleia pode reportar-se à equipa técnica da Câmara e em paralelo dar conhecimento das preocupações. -----

-----Pensa que este acompanhamento já é feito com rigor pela equipa técnica, que está diariamente no terreno e em contacto com os casos, mas a Assembleia poderá acrescentar mais.-----

-----Olhando para o texto da proposta, não sabe onde querem chegar, e o que esperam mas comungam com a preocupação e pensam que não haverá problema em haver mais pessoas a pensar em conjunto para melhorar o plano. Se o edil nada tiver a opor concordam com a criação de uma comissão, para em conjunto manifestar essas preocupações.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal **Sr. Alberto Avelino** disse que não dá posse a uma comissão para o que acabou de ouvir. Será votada em conformidade com a proposta apresentada.----

-----Deu de seguida a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para se pronunciar sobre este assunto:---

-----O Edil começou por anunciar que nada tem a opor à constituição desta comissão. No entanto constatou que, se para a Câmara se trata de uma questão técnica, esta questão do estacionamento é uma questão política. Para aqueles que nada contribuíram para o que está implementado, tudo está mal no caso do PCP e CDS e para aqueles que deram alguns contributos, está mais ou menos bem como é o caso do PS e do PSD. -----

-----Informou que existe uma comissão de mobilidade que preparou todas estas propostas e que as tem monitorizado diariamente, e acaba de apresentar uma proposta de pequenas alterações que está agendada para a próxima reunião do Executivo.-----

-----Disse que a separação de poderes para ele é clara e esta comissão funciona em razão da

determinação política que é da sua autoria. Se a ideia da Assembleia Municipal é ter uma comissão para pedir trabalho à comissão técnica da Câmara Municipal, está fora dos conteúdos de cada órgão.

-----Não tem nada a opor se a Assembleia quiser monitorizar em paralelo com esta comissão técnica, mas pede que não se dupliquem funções nem se confundam conceitos nem poderes dos dois órgãos.-

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** fez notar que ninguém quer usurpar funções. Sabem bem diferenciar os dois órgãos e fazem esta proposta com uma posição construtiva.-----

-----Nesta comissão seriam os interlocutores, os representantes do povo, a sua voz. O edil acabou de dizer que tem a decisão final mas acham que a Assembleia, poderia, através da comissão trazer mais argumentos, que não entrarão em litígio nenhum com o órgão executivo, sendo apenas um carregar de informações que poderão ser importantes para as decisões da Câmara Municipal.-----

-----Reforçou que não traz nenhum mal ao mundo, trata-se apenas de os membros da Assembleia Municipal serem mais colaboradores, mais participativos que é para isso que foram eleitos.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que disse que está agendado para a próxima reunião do Executivo um conjunto de alterações às bolsas de estacionamento e muito embora ele tenha poderes próprios para as aprovar, por respeito ao órgão decidiu submetê-las, pois foi o Executivo Camarário que aprovou o plano.-----

-----Sugeriu que se alterasse a palavra “monitorizar” para a “acompanhar” o que foi aceite.-----

-----Terminadas as intervenções sobre esta proposta, passou-se à votação.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por maioria a criação de uma comissão para acompanhar o plano de estacionamento.-----

-----**Declaração de voto** de António Moreira::-----

-----“Voto contra por achar que se trata de uma situação ilegal, no sentido de entender que há conflito de competências entre os dois órgãos.”-----

-----O **Sr. Presidente da Mesa** solicitou que os Grupos Municipais fizessem chegar aos serviços os nomes de um efectivo e um suplemente para depois proceder à tomada de posse dos mesmos.-----

-----**REQUALIFICAÇÃO DO CHOPUPAL – OBRAS PÓLIS:**-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** lembrou que os moradores da Rua das Linhas de Torres, no Bairro do Forte estão a ser prejudicados há bastante tempo, tendo que dar uma grande volta para chegar à cidade e que receberam uma carta da autarquia a dizer que esta via ficaria transitável em Agosto, o que ainda não se verifica e três meses é tempo mais do que suficiente para a obra estar pronta.-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** reiterou as preocupações com as obras em título, uma vez que as condições de circulação não são as melhores, e estão a causar transtornos que deviam ser minimizados. Existem grandes constrangimentos na rotunda a seguir ao Matadouro, especialmente quando chove, o que faz com que trânsito se acumule e fique caótico.-----

-----Questionou para quando está previsto a abertura do acesso ao Forte de S. Vicente, que já foi

adiado várias vezes.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o problema é chegar ao Forte e não sair. Aquela estrada já devia estar pronta há algum tempo e só não acontece devido às condições atmosféricas, uma vez que, para além da obra se entendeu fazer já a rede separativa de esgoto. -----

----Preocupa-os pois quem mora neste local tem o grande incomodo do trânsito.-----

----Fez notar que é impossível, com chuva, fazer as obras de melhoramento do piso na rotunda dos Ameais, que irá sofrer mais alterações à medida que a obra vai evoluindo, o que acontecerá mal o tempo melhore. -----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* interveio no sentido de questionar se a autarquia mantém a ideia de instalar o arquivo da Faculdade de Ciências no equipamento previsto para o Choupal.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o equipamento no Choupal consta do Plano de Pormenor e será o que a Câmara entender. A determinada altura pensou-se ser para a Biblioteca o que foi alterado com a aquisição dos terrenos de Santiago, tendo posteriormente surgido a oportunidade através do reitor da Universidade de ali instalar os serviços de arquivo, mas a reitoria não renovou o interesse no equipamento.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ABRIGO DE PASSAGEIROS:-----

----O *Sr. Joaquim Gomes* manifestou a sua satisfação com a implementação de uma paragem de autocarros em frente à SOERAD mas alertou para a necessidade dos serviços camarários instalarem um abrigo, para evitar que as pessoas esperem à chuva.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* assentiu que falta o abrigo de passageiros, mas também têm que requalificar esta via, assim como os passeios que de um lado estão intransitáveis. Estão a colocar abrigos esta semana noutros sítios, mas o local em causa está inventariado para o efeito. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

----O *Sr. Francisco Branco* interveio para dar nota de alguns eventos que se realizaram em Torres Vedras:-----

----Referiu-se concretamente à realização, no dia 19 de outubro de um concerto sinfónico pela Orquestra Académica Metropolitana, no Teatro Cine, que teve sala cheia, o que demonstra o interesse da população e à exposição de quadros que está patente nos Paços do Concelho patrocinada pelo BCP Millenium que trouxe os melhores artistas que existem no país, iniciativa que também muito dignifica a cidade de Torres Vedras.-----

----Reportou-se às Festas da Cidade, não tendo dúvidas que o modelo com que são presentemente organizadas é para manter e que estas festas traduzem um período de excelência da cidade de Torres Vedras. Enalteceu a realização do Festival Acordeões do Mundo, que tiveram sempre casa cheia e

foram um sucesso, o concerto de Tributo a Eugénia Lima, as Tasquinhas geridas pelas juntas de freguesia, e a animação no Pavilhão Multiusos.-----

-----Salientou também a 33.^a edição do Cross de Torres Vedras, Corta Mato de Matos Velhos, que se realizou num dia muito chuvoso, com o número de participantes a ultrapassar o milhar, a representar uma centena de equipas. Foi uma demonstração de um espírito de resistência e de luta dos participantes e da organização, que muito dignifica o atletismo e o desporto e o concelho.-----

-----Por último lembrou, pois passa despercebido a muita da sociedade civil, que foi feita obra em Torres Vedras. Ficou espantado com a excelência da arquitectura empregue nalguns restaurantes, nos últimos meses, essencialmente na zona baixa de Torres Vedras, assim como na recuperação de algumas casas e lojas nas imediações da Igreja de S. Pedro e também noutros sítios pelo, que Torres Vedras também está de parabéns.-----

-----Também o *Sr. Artur Narciso* pediu a palavra para manifestar a sua satisfação sobre as últimas notícias que leu sobre a cidade de Torres Vedras, em resultado do trabalho de todos os torrienses, da Câmara Municipal e também de vários organismos.-----

-----Torres Vedras está sempre a ganhar prémios, sendo bom que assim seja mas é pena que nem todos reconheçam isto.-----

-----Assim em termos de educação ambiental e sustentabilidade referiu os prémios Eco-Escolas, onde foram atribuídas pela 1.^a vez 18 bandeiras, o que é de salientar e é extraordinário.-----

-----Salientou que Torres Vedras continua a um ser dos concelhos que se destaca, tendo sido atribuído ao município mais uma vez o certificado Município/Parceiro do projeto devido ao facto de ter apoiado trabalhos realizados por estabelecimentos de ensino no âmbito do mesmo.-----

-----Em termos sociais, Torres Vedras foi premiada num concurso “Melhores municípios para viver” que também é bastante importante e agradável, destacando que a distinção atribuída na categoria social resultou do projeto “Todos à escola”. Assinalou que não sendo a educação uma prioridade do governo continua a ser uma prioridade do município, o que é uma alegria de verificar.-----

-----Destacou os programas “Yes” – aprendizagem da língua inglesa, “Doremi” - ligado à música e o “Ser a brincar” - exercitando a expressão dramática.-----

-----Na mobilidade realçou que Torres Vedras foi premiada pela “Rede de cidades que caminham”, convidando todos os presentes a verificarem os caminhos pedonais existentes, onde aos sábados e domingos encontram quase tanta gente como nas ruas de Torres.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras proferidas pelos membros e os factos relatados. Deu nota que este ano se registou um recorde de atletas no Cross de Matos Velhos, e que para ele foi muito agradável ouvir na rádio que este é de longe o melhor a nível nacional e um dos melhores a nível internacional.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CANTE ALENTEJANO:-----

-----A *Sra. Teresa Oliveira* congratulou-se pelo facto de o cante alentejano ter acabado de ser considerado pela UNESCO património imaterial da humanidade, pelo qual estavam todos de parabéns.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESCOLAS DO TURCIFAL:-----

-----A *Sra. Teresa Oliveira* referiu que algumas escolas de 1.º ciclo da freguesia do Turcifal fecharam por falta de alunos sendo que este ano, só três escolas tinham turmas. Deste modo questionou se os serviços tinham alguma previsão para o próximo ano escolar quanto ao número de escolas que vão manter, número de alunos, local das refeições e ainda se estão previstas obras de melhoria, nomeadamente na escola do Turcifal.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* explicou que ainda é cedo para estar a programar, mas adiantou que nesta escola estão a equacionar requalificar o espaço exterior, no que se refere ao recreio e ao ringue.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE NA CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

-----Relativamente à implementação das novas medidas na cidade, a *Sra. Teresa Oliveira* disse que o PCP nunca foi contra a existência de parquímetros mas que não havia necessidade de aumentar o seu número.-----

-----Depois de 2 meses, de facto tornou-se mais fácil de estacionar no centro da cidade, mas as filas de trânsito continuam. As paragens das linhas de TUT foram alteradas e os horários não são cumpridos dando a ideia que este serviço está um bocado caótico. -----

-----Não sabe se o comércio terá tido algum benefício depois da implementação destas medidas.-----

-----No que se refere ao Novo Terminal Rodoviário, há queixas de que continua a não ter as condições mínimas para funcionar.-----

-----Reportando-se ao regulamento e aos selos de residente, lamentou que nos fogos que o número de veículos é superior ao permitido pelo regulamento para adquirir selo de residente, as pessoas não saibam onde estacionar esses veículos. -----

-----Pensa que a Câmara quis fazer tudo para entrar em vigor no dia 6 de Outubro mas podia ter esperado. Mudavam primeiro o terminal e depois faziam um estudo para ver como fazer as novas alterações. Parece-lhe que a planificação não foi feita com calma.-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* reportou-se também ao Novo Terminal Rodoviário para registar que as condições que são oferecidas às pessoas não são as melhores. Quando chove o estacionamento não é o melhor e a autarquia devia ponderar alcatroar o piso dos mesmos.-----

-----Deu nota ainda que a “famosa” cobertura que veio da Austrália nada cobre e questionou a razão

de se ter encontrado uma solução deste tipo, que parece ter pouca largura e não é suficiente pois as pessoas continuam a molhar-se quando estão à espera dos autocarros.-----

-----Deu nota que já teve oportunidade de informar a Promotorres, que os lugares públicos em frente ao restaurante se encontram reservados por quem está a explorar este estabelecimento, mas não obteve resposta. Enviou um e-mail ao Sr. Vereador Carlos Bernardes, que prontamente lhe respondeu que ia analisar o assunto, mas os lugares continuam reservados. Compreende que as pessoas têm que trabalhar mas nenhum estabelecimento em Torres Vedras tem lugares públicos privados.-----

-----Em sùmula disse que o CDS não vê melhorias significativas, e tal como disse o PCP o trânsito continua e existem determinados comerciantes com quebra acentuadas na faturação. Há situações a ajustar e espera que a Câmara Municipal tenha a nobreza de o reconhecer e proceda a alterações.-----

-----Sobre este assunto o *Sr. Artur Narciso* registou maior facilidade de ir agora ao comércio tradicional do que há dois meses atrás, porque há lugares para estacionar.-----

-----Disse ainda que hoje em dia é mais difícil de estacionar no centro comercial do que no centro de Torres e nota-se as ruas mais cheias, porque é mais fácil estacionar dentro da cidade.-----

-----Quanto às referências sobre o terminal ter deixado a Rua Humberto Delgado, lembrou que assim têm mais estacionamento e maior qualidade dentro da cidade. As pessoas têm que entender que se o terminal estava numa extremidade da cidade agora está noutra. É uma mudança que têm que saber aproveitar e não apenas criticar.-----

-----É importante olharem para as coisas de forma positiva, pois têm uma cidade mais próxima dos comerciantes, e o facto de terem melhores acessibilidades ao comércio resulta em criação de emprego e ainda têm a vantagem de poderem ajustar o projeto.-----

-----Por último referiu que a comissão europeia, no âmbito da Rede Civitas distinguiu Torres Vedras com o prémio Fórum Civitas 2014 e um prémio de boas práticas no âmbito da mobilidade sustentável. Têm uma cidade mais limpa, mais ordenada e com melhor estacionamento.-----

-----Relativamente às filas de trânsito o *Sr. Presidente da Câmara* recordou que antes do dia 6 de outubro entre as 9.00h e as 9.30h as filas iam da Escola da Conquinha até à Rua Teresa de Jesus Pereira, chegando inclusive algumas vezes até à rotunda do Joaquim Agostinho. Da Física chegavam antes do hospital a qualquer hora e em qualquer dia.-----

-----Parece que andam em cidades distintas pois vê que estas filas desapareceram.-----

-----Disse ser óbvio que há filas em Torres Vedras concretamente na zona do Choupal, que são causadas pelas obras, mas nada tem a ver com o plano de mobilidade.-----

-----Em termos de fluidez, o trânsito não tem comparação e só não vê quem não quer ver. É pura má fé e ignorância e é dar um cunho político a algo que é técnico.-----

-----No tocante às queixas sobre o terminal é verdade que chove nas coberturas, pois quando é muito

intensa e como se trata de telas perfuradas para fazerem menos resistência ao vento, são permeáveis. É uma consequência e é inevitável. As condições são boas, não são excelentes mas fica feliz por serem estas as únicas queixas que têm.-----

-----No que respeita à questão dos lugares para estacionar três carros, informou que o plano de mobilidade existe porque há mais carros na cidade do que lugares para estacionar e tem que se racionar. Esta foi uma das formas, pois achavam que não havia lugares suficientes para três selos. ---

-----Fez notar que agora já têm uma perceção diferente, pelo menos nalgumas zonas, mas não é com um mês que vão fazer alterações ao regulamento.-----

-----Informou que o plano de mobilidade remonta a 2009, e não vê razão para se continuar a planear e a estudar, tinha que se executar, passar à prática e foi o que fizeram.-----

-----Frisou que esta foi a filosofia, agora têm que monitorizar e ajustar, na certeza que há situações que têm que ser alteradas, mas não precisam de estudar mais tempo para aperfeiçoar pois esta virá com a prática.-----

-----Respondendo ao membro João Pedro Gomes anotou que os estacionamento de tout-venant, serão arrançados assim que as condições climatéricas o permitirem.-----

-----Têm 1300 lugares, mas os dedos de uma mão chegam para as reclamações de que não têm condições. As pessoas compreendem que com a chuva é impossível, tendo ainda presente que estes estacionamento estão localizados em zonas sensíveis da cidade cujos níveis freáticos são muito altos e a impermeabilização poderá acarretar problemas devido a serem localizados junto ao rio, pelo que é uma decisão que não é fácil de tomar.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* questionou o Presidente da Câmara sobre o facto de referir-se ao novo terminal rodoviário como provisório, querendo saber o que podem considerar provisório.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que este terminal é provisório, pois a autarquia pretende construir de um terminal definitivo no espaço onde até à última Feira de S. Pedro se localizavam os divertimentos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRÉMIO “AUTARQUIA FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL”:-----

-----A *Sra. Susana Neves* interveio no sentido de enaltecer o município de Torres Vedras que ganhou pelo 6.º ano consecutivo o prémio em título e que traduz o facto de o município se munir de uma grande base de boas práticas essenciais de facilitação e até de melhoria da qualidade de vida das famílias torrienses.-----

-----A tarifa familiar da água foi destacada na atribuição deste prémio mas outros projectos foram tidos em linha de conta que envolvem grandes complicações quotidianas familiares ao nível da carência económica, mobilidade condicionada quando esta é temporária ou permanente, deficiência, formação e do emprego.-----

-----Referiu-se concretamente à redução do valor mensal da comparticipação no âmbito do SAF, comparticipação do título de transportes às crianças com o 1.º escalão, que residam a menos de 4km e que ao abrigo da lei dos transportes não têm direito, projecto Porta a Porta, Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, Gabinete de Apoio ao Sénior, criação da Rede Local de Educação e Formação de Torres Vedras e o projecto Euroformar.-----

-----Por fim disse que, pertencer a um concelho onde o poder local se funde com a magnitude da temática da família é sentir que estão a praticar uma política de excelência cujos vetores, para além de serem sociais, são vetores extremamente humanos.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras do membro.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO INTERPRETATIVO DA PRESENÇA JUDAICA NA CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. João Bastos* reportando-se à notícia veiculada pelo jornal Badaladas de 21.11 sobre a intenção da Câmara Municipal de instalar um centro interpretativo das judiarias em Torres Vedras na Cerca da Josefa, cujo o projeto será financiado pela Noruega através da sua embaixada questionou se existe projeto, qual o orçamento da obra, se existe estudo sobre os custos anuais do funcionamento, e qual a comparticipação financeira da Noruega.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que não têm projeto de requalificação do edificado. Existe um programa base e têm candidatura comunitária aprovada. A obra será financiada em €204.000,00 pelo mecanismo EEA Grants no qual está envolvido a Noruega. -----

-----Mais informou que aguardam parecer da Direção Geral do Património, para que depois se possa vir a adjudicar a obra.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS LINHAS DE TORRES:-----

-----O *Sr. João Bastos* questionou qual o ponto de situação do centro interpretativo em título, uma vez que no site é referido que o prazo para a execução é o 1.º semestre de 2014 e já estão no 2.º . ----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o projeto tem tudo para avançar mas não existem fundos disponíveis, o que acontecerá no próximo ano.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO INTERPRETATIVO PREVISTO PARA O CHOUPALINHO:-----

-----Relativamente ao assunto em título o *Sr. João Bastos*, lembrou que já sugeriu que se desistisse desta construção, uma vez que se localiza a menos de um quilómetro do Centro de Educação Ambiental do Parque Verde da Várzea. O Edil na altura argumentou que não se podia pois é a ancoragem da ponte mas que se podia dar outra utilização, questionando se ainda vai ser construído e qual a utilização.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que deixaram de ter a obrigação de fazer o centro quando o governo PSD/CDS lhes tirou €2.500.000,00 ao anular o programa Pólis. Como no projeto existente o centro é a base da ponte pedonal, faz-se para não terem que fazer um projeto novo, que acarretaria mais encargos financeiros para a autarquia. Vão dar outra utilização ao edifício.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MURALHA NA MACEIRA:-----

-----O *Sr. Francisco Inácio* interveio no sentido de dar nota que na Rua Joaquim Pedro Fernandes, na Maceira em 98/99 foi construído uma muralha para evitar que as terras viessem para a estrada, o que acontecia sempre que chovia. Mais tarde foi construída uma muralha por cima desta, onde existe uma fissura bastante pronunciada que se alastra até à muralha original, causada por infiltrações, que se alarga a cada dia que passa, pondo em risco as pessoas e veículos que ali passam.-----

-----Deste modo solicitava a intervenção dos serviços camarários, para que se tomem medidas de recuperação das muralhas em causa.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a Junta de Freguesia já pediu ajuda à Câmara e já esteve no local uma comissão técnica que fez um relatório no sentido de que não há perigo de derrocada pelo que, quando tiverem oportunidade, poderão fazer ali mais algum investimento. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REFORÇO DA PROTEÇÃO COSTEIRA À PRAIA DE PORTO NOVO:-----

-----O *Sr. Francisco Inácio* questionou qual a previsão temporal para o início das obras em título.---

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que dada a não existência de fundos disponíveis até ao fim do ano, terão que anular a adjudicação e avançar novamente com o processo em janeiro. Se tudo correr normalmente obra deverá estar concluída em maio/junho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REVISTA MUNICIPAL:-----

-----O *Sr. Marco Claudino* começou por recordar que há quatro anos atrás solicitou que o PSD tivesse algum espaço na Revista Municipal, o qual foi concedido também aos outros partidos, o que achou bem.-----

-----No entanto, algumas vezes e na última edição em particular, parece que os comentários do PS são uma resposta aos artigos dos outros partidos. Até os dados e as percentagens em concreto que estavam no texto do PSD foram referidas no texto do PS.-----

-----Assim solicitou ao diretor da revista que tenha alguma atenção a esta questão.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* respondeu que só pode ser uma coincidência.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BIBLIOTECA MUNICIPAL:-----

-----Tomando as palavras do Sr. Presidente da Câmara, de que é da sua competência as alterações ao

Plano de Mobilidade, mas que achou bem dar conhecimento ao Executivo, o *Sr. Marco Claudino* lamentou que não tenha feito o mesmo quanto à deslocalização da Biblioteca Municipal para as instalações da ex-Moagem Clemente.-----

----Lembrou que, apesar de não concordar com a forma como os imóveis a norte da Igreja de Santiago em Torres Vedras foram avaliados, o PSD votou favoravelmente a aquisição, porque concordavam com o destino previsto para os mesmos que era a construção da Biblioteca Municipal. Assim questiona se esta deslocalização irá prejudicar a construção do novo edifício nos Jardins de Santiago, tal como foi aprovado pela Assembleia.-----

----Questionou também quais são os termos do negócio, ou seja o preço da renda e das obras de adaptação que serão necessárias. Se o mesmo resulta de uma reorganização dos serviços municipais, com ganhos para o município, para os trabalhadores e para a população, o PSD concorda.-----

----Lamentou que estes assuntos não tenham sido discutidos nos órgãos municipais e tenham sido anunciados como novidade no discurso do Sr. Presidente da Câmara no Feriado Municipal.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os serviços da Biblioteca Municipal funcionarão provisoriamente na Moagem Clemente até que o novo edifício seja construído, nos Jardins de Santiago.-----

----Quanto à negociação envolvida informou que se trata de arrendamento anual, renovável, mas que está apenas apalavrado, pelo que assim que estiver outorgado, poderão fazer chegar a informação à Assembleia Municipal.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Nos termos do art.º 23.º do Regimento foi aberto o período de intervenção do público.-----

----O Presidente da Assembleia informou o cidadão que se tinha inscrito para intervir que não havia qualquer vínculo legal para o efeito pretendido no documento entregue na mesa e que o mesmo não seria transformado em requerimento:-----

PETIÇÃO PÚBLICA – PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM TORRES VEDRAS:-----

----O *Sr. Rui Matoso* começou por reportar-se ao indicador da democracia local que é o “ranking da transparência municipal” onde Torres Vedras se encontra em 217.º entre 308 municípios, no sentido de sugerir que a Assembleia e Câmara Municipal fizessem pressão para que Torres Vedras pudessem estar no top 10.-----

----Sugeri também que a Assembleia Municipal incluísse no seu regimento, ao abrigo ao art.º 52.º da Constituição da República o direito à petição, tal como já existe em inúmeras assembleias municipais do país, para facilitar a vida aos cidadãos que queiram usar este instrumento. -----

----Passou a ler a petição, cujo texto se transcreve -----

----“Considerando que o Orçamento Participativo é um mecanismo popular que permite o

desenvolvimento de uma democracia mais participativa e simultaneamente uma forma dos cidadãos decidirem, através das suas ideias e projetos, o investimento de uma pequena parte do orçamento da Câmara Municipal.-----

-----Considerando que o Orçamento Participativo é um dispositivo criado para permitir aos cidadãos:-----

-----1. Exercer o direito de participarem, de forma ativa e direta, nas decisões que dizem respeito ao investimento público no seu município;-----

-----2. Cumprir o dever de contribuir, de forma ativa, consciente e construtiva, nas decisões que melhor servir o concelho e a sua população.-----

-----Considerando que na realidade portuguesa existem já inúmeras autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) que implementaram com sucesso o Orçamento Participativo: Carnide, Aveiro, Guimarães, Beja, Odivelas e Lisboa, São Brás de Alportel, entre outras.-----

-----A coordenadora concelhia do Bloco de Esquerda de Torres Vedras conjuntamente com os abaixo assinados, eleitores no município de Torres Vedras, vêm requerer à Assembleia Municipal de Torres Vedras e à Câmara Municipal de Torres Vedras, a realização das medidas necessárias ao debate público visando a implementação efetiva do Orçamento Participativo no município de Torres Vedras, com a maior brevidade possível.-----

-----Torres Vedras, 22 de Março de 2014.”-----

-----Relativamente à alusão à constituição o *Sr. Presidente da Mesa* disse que o direito à petição rege-se por determinadas normas e nada há estatuído para as autarquias.-----

-----Deu a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para fazer uns breves esclarecimentos: -----

-----O edil começou por se referir ao ranking da transparência, sendo um facto que passaram do 30.º para o 207.º lugar. Preocupa-o e já pediu aos serviços para apurarem como sucedeu. Tem que haver razões e não há-se ser por falta de transparência uma vez que quase não houve alterações nos instrumentos de um ano para o outro.-----

-----Houve uma alteração no site da Câmara que pensa ser a base desta descida no ranking. Deu nota que esta classificação é feita não por vistorias às Câmaras Municipais, mas através de um questionário on-line, o qual se calhar não foi respondido de forma adequada.-----

-----Relativamente ao orçamento participativo esclareceu que o PS assumiu fazê-lo neste mandato. Ainda faltam 3 anos e não o fizeram no 1.º ano porque não têm condições para isso. É ideia generalizada no seio da Câmara, que não tendo a situação regularizada com os fornecedores, não é correto dispor de verbas para projetos de orçamento participativo.-----

-----Reforçou que será oportuno quando o pagamento aos fornecedores estiver regularizado, e também se não tiverem mais novidades do poder central, terão condições para tal, o que pensa ser no orçamento para 2016.-----

-----Concluiu dizendo que é este o propósito da Câmara Municipal com ou sem petição pública.-----

-----Nesta altura o *Presidente da Mesa* fez uma pausa para uma pequena refeição, tendo os trabalhos sido retomados pelas 21.00h com o Período da Ordem do Dia.-----

PONTO 1 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2014 A COBRAR EM 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 9735 de 10 de novembro da Câmara Municipal a informar que em 04.11.2014 deliberou por maioria propor a fixação da taxa do IMI para Prédios Urbanos em 0,40% e manter os regimes já definidos para os prédios degradados ou em ruínas inseridos em ARU.-----

-----O Presidente da Mesa informou que tinha sido entregue na mesa uma proposta, que já tinha sido distribuída e seria tida em consideração na discussão e votação final, da qual se transcreve o seguinte :-----

PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD:-----

-----O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Torres Vedras vem, nos termos legais, propor a fixação de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2015 em 0,36%. A proposta apresentada resultou de uma análise à evolução de receitas do IMI e demais impostos municipais, procedendo a uma avaliação do seu impacto orçamental.-----

-----“V Conclusões - 1. Têm-se verificado ao nível das receitas globalmente consideradas aumentos sucessivos, e de modo muito significativo, no município de Torres Vedras. Esta é uma realidade indesmentível. Para 2015, e face a 2011, estima-se que o aumento se situe na ordem dos 7.87 milhões de euros;-----

-----2. Com efeito, para 2015 a Proposta de Orçamento do Estado (já aprovada em AR) vem prever um aumento de receitas de 538 mil euros o que, associado ao aumento do IMI previsto em razão do fim da cláusula de salvaguarda e do contínuo termo de isenções temporárias, permite-nos estimar, de forma muito realista, um aumento de receitas globais na ordem dos 1.8 milhões de euros face a 2014, ano em que já se verifica um aumento de 1.6 milhões de euros comparando com 2013.-----

-----3. A redução da taxa do IMI para 0,36% tem um impacto potencial de 1.47 milhões de euros, ou seja, valor inferior à estimativa de aumento para 2015 (caso se mantivesse a taxa em 0,4%) em 330 mil euros.-----

-----4. Caso se aprove a taxa de IMI em 0,36% o aumento de receitas global de 2015 face a 2011 estima-se em 6.4 milhões de euros.-----

-----VI. Proposta: Assim, e face a todo o exposto, propomos a fixação da taxa de IMI para 2015 em 0,36% - que significa uma redução de 10% relativamente à taxa de 0,4% atualmente em vigor.”-----

-----Foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que numa apresentação global disse que a proposta é manter todas as taxas agendadas com os valores que vigoraram no corrente ano de 2014.-

-----Sempre disseram que deviam manter as taxas dos impostos diretos até que sejam consolidados, ou seja, que o nível de receita da Câmara tenha alguma consolidação, o que ainda não aconteceu embora se preveja que aconteça em 2015.-----

-----Lembrou que em 2009 as receitas dos impostos diretos desceram, em 2012 tiveram um acréscimo e em 2013 atingiram 17 milhões que é o nível de 2009. Tudo indica que o ano de 2015 possa consolidar estes números, e até subir um pouco, muito embora sejam confrontados com pedidos de reembolso de verbas, o que aconteceu este ano com €800.000,00 de derrama, sem nenhuma explicação.-----

-----No que diz respeito ao IMI e a 2015 também estão a aguardar as surpresas do Orçamento de Estado a nível autárquico.-----

-----Referiu-se concretamente à imposição do governo sobre o acréscimo desta receita, acima de 5%, ser canalizado para amortização de dívida bancária, que considera uma norma “estúpida” pois obriga os municípios a reduzir a dívida bancária pela sua antiguidade ou seja pagar os empréstimos mais antigos cujas condições de financiamento são mais favoráveis e a ficar com os mais novos cujas condições de financiamento são mais penalizadoras.-----

-----Se esta imposição se manter, é uma séria limitação à utilização do acréscimo das receitas do IMI, para além de que se fala do fim do IMT, sem saber se haverá qualquer substituição.-----

-----Deste modo acham que o prudente é manter as taxas até que haja consolidação de receita.-----

-----Caso se concretizem os cenários mais favoráveis o município irá aproveitar pois tem prioridades bem definidas. Referiu-se concretamente às escolas, uma vez que no concelho existem desigualdades entre as freguesias, na certeza que no próximo QREN não existe nenhum eixo dedicado às escolas, pelo que terão que mobilizar recursos da autarquia para a médio longo prazo terem um programa de execução de escolas. -----

-----Saudou a postura dos Vereadores do PSD que quando se falou em folgas orçamentais devido ao IMI votaram favoravelmente não pela redução do IMI mas na condição de havendo folga, a mesma seja investida na escola de A-dos-Cunhados e da Freiria.-----

-----O membro **Marco Claudino** disse que também iriam abordar a fixação de todas as taxas agendadas numa perspetiva global.-----

-----Compreendem a declaração que o edil fez hoje, não compreendem a que estava a ser feita nos últimos tempos quer na entrevista à Radioeste quer na Revista Municipal a fazer crer que o PSD estava imponderadamente a apresentar uma redução do IMI que iria afetar as receitas do município, porque havia uma redução global nos impostos. -----

-----Verifica-se que não correspondia à verdade e nesta proposta apresentam os números com total transparência.-----

-----Relativamente ao IMI fez notar que relativamente a 2013 e em período homologado o aumento foi

de 26,%, mas aceitaram o repto do edil de fazer uma análise global de impostos, taxas e transferências do estado. Assim verificaram que de 2011 a 2013 o aumento da receitas foi de 4.48 milhões de euros de 2011 a 2014 de 6 milhões de euros e de 2011 a 2014 estimam que seja de €7.87 milhões de euros.-----

-----Estão disponíveis para discutir política, prioridades e opções, sendo assim que gostariam que fosse o tom deste debate, pois o PSD nunca foi irrealista nem imponderado neste processo.-----

-----Quanto à alusão do edil ao IMT lembrou que as taxas que estão a fixar vão vigorar em 2015 e de facto está previsto o seu termo faseado na lei das finanças locais, com início em 2016. Então aí verificarão se terá que haver um ajustamento face à despesa global.-----

-----Assim há condições para a proposta que apresentaram ser aprovada e não reprovada por ser do PSD. Está comprovado que é possível ter um grande aumento de impostos e receitas no município.--

-----Quanto ao destino dos acréscimos do IMI lembrou que o memorando de entendimento previa que fosse para consolidação do orçamento de Estado e foi este governo que veio dizer que é para consolidação dos municípios.-----

-----Também foi este governo que, ao contrário do memorando, não reduziu as transferências para os municípios, estando para o ano aprovado um acréscimo de mais €500.000,00.-----

-----Lembrou ainda que o município conseguiu uma redução substancial da despesa com pessoal por causa das tais imposições do governo. A Câmara poupa, o governo tem o ónus. O PS queixa-se muito do governo mas devia estar agradecido uma vez que a redução de dívida em toda a administração local foi de 22% e de 68% nos pagamentos em atraso. -----

-----Disse que não gostaria de que a proposta fosse vista de uma forma partidária, mas de forma realista, até porque o que o PSD previu o ano passado tudo leva a crer que é possível, sem colocar entraves nas receitas do município, fazer esta redução de 10% na taxa do IMI. -----

-----A *Sra. Susana Neves* assinalou que a proposta do PSD tem uma visão redutora e descreve somente as receitas e não os investimentos em questão. Não analisa os investimentos e todos os crescimentos quer territoriais quer ao nível da educação e das áreas sociais.-----

-----De facto já é constatável que este governo revela a não preocupação com a educação e interroga-se se o grupo municipal do PSD quer continuar também a não investir na educação.-----

-----O representante do Grupo Municipal do PCP, *Sr. João Bernardes*, disse que reconhecem a importância da receita do IMI para a Câmara Municipal, mas crê que com as atualizações dos imóveis, a extinção das quotas de salvaguarda e outras situações talvez justificasse um valor até mais baixo do que o proposto pelo PSD.-----

-----Pensa que seria possível sem comprometer grandemente a receita da Câmara. Com tantos encargos e problemas que as pessoas têm, ficariam menos sobrecarregadas. -----

-----Deste modo iriam votar contra ambas as propostas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que é verdade o orçamento de estado prever para Torres Vedras um acréscimo de €537.000,00, mas é um aumento de receita consignado a determinadas despesas, nomeadamente ao Fundo de Apoio Municipal, à redução de pagamentos em atraso registados até 2014 ou à redução de endividamento de médio longo prazo. -----

-----Quanto ao IMT esclareceu que tendo por referência o ano passado receberam até setembro menos €1.540.000,00.-----

-----Disse que têm que ser mais abrangentes nas comparações e é seu compromisso público de que uma vez consolidada a receita aos seus melhores níveis, devem diminuir a carga fiscal.-----

-----O membro comparou os valores de 2011 e 2013, mas 2011 foi o de menor receita e assim há acréscimo. Devem comparar com 2009 quando os valores eram mais elevados. Neste ano a receita foi de 17 milhões de euros e em 2013 foi de €17.221,00 ou seja teve um aumento de 1,5% e esta é que é a referência para os serviços e deve ser a referencia de todos.-----

-----Por fim fez notar que quando foi entrevistado na Radioeste a proposta do PSD era de menos um ponto. Assim tem dificuldades em saber qual é a proposta. Não sabe se é a dos autarcas, 0,36%, se do PSD de Torres Vedras, de 0,3% ou se é do PSD nacional, que chumbou a proposta do PS de manter a cláusula de salvaguarda, ou a do PSD nacional de dar a possibilidade aos municípios de fazerem reduções do IMI em função não da propriedade mas do agregado familiar, proposta esta que lhe parecia agradável.-----

-----É perante todos estes PSD, com três propostas distintas que têm que saber viver.-----

-----Todos são contribuintes líquidos, todos gostam de pagar menos mas acha que não tem lógica andar a subir e descer as taxas. É uma instabilidade que não se quer e o equilíbrio na gestão é desejável.-----

-----Pedi de novo o uso da palavra o *Sr. Marco Claudino* para registar que é verdade o que o edil disse quanto à cláusula de salvaguarda e foi a razão para a redução da taxa por haver uma expectativa de maior receita.-----

-----Quanto à estabilidade fiscal salientou que tem mais a ver com as empresas do que com as pessoas. O facto de as pessoas receberem mais de devolução de IRS e pagarem menos de IMI não as vai fazer mudar de imóvel.-----

-----Crê que a consolidação já foi feita no ano transato e portanto trata-se de uma opção política. Ter sido dito que as transferências e os impostos têm baixado em Torres Vedras não é verdade.-----

-----Não se registaram mais intervenções e passou-se à votação da **proposta do PSD** que foi a seguinte: 8 votos a favor (PSD e João Pedro Gomes) e 31 votos contra (PS, PCP, Hélio Gomes, Pedro Germano e António Moreira).-----

-----Depois foi votada a **proposta da Câmara Municipal** que teve a seguinte votação: 27 votos a favor (PS, Hélio Gomes, Pedro Germano e António Moreira) e 12 votos contra (PSD, PCP e João

Pedro Gomes).-----
-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria fixar a taxa do IMI para Prédios Urbanos em 0,40% e manter os regimes já definidos para os Prédios Degradados ou em Ruínas inseridos em ARU.-----

PONTO 2 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2014 A COBRAR EM 2015, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO, TENDO PRESENTE A ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 9736 de 10 de Novembro, da Câmara Municipal a informar que em sua reunião de 04.11.2012 deliberou propor a este órgão deliberativo que a taxa em título venha a ser fixada em 5%.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* pediu a palavra para fazer notar que não há vários PSD, como foi dito pelo edil. Como a proposta que apresentaram no ponto anterior não teve vencimento e a mesma enquadrava todas as taxas, o Grupo Municipal do PSD irá votar contra.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 31 votos a favor e 8 votos contra, fixar em 5% a taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2014 (a cobrar em 2015) a que os municípios têm direito em cada ano.-----

-----Anota-se que votaram contra os membros do PSD e do CDS-PP.-----

PONTO 3 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, AO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2015, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 9737 de 10 de Novembro a informar que a Câmara Municipal em sua reunião de 04.11.2014 deliberou por unanimidade propor o lançamento de uma derrama, a uma taxa reduzida fixar a taxa de 1% a cobrar em 2015, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00, e de 1,5% para os sujeitos passivos em que o volume de negócios ultrapasse os € 150.000,00.-----

-----O Líder da bancada do PSD, *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que o grupo municipal que coordena se iria abster, dando nota que quer seja pela eficiência da máquina fiscal, quer seja pela melhoria da situação das empresas, a receita cobrada de janeiro a setembro de 2014 aumentou. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou o membro que a Câmara Municipal terá que devolver €700.000,00 e não sabem a razão.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* frisou que mesmo devolvendo esta quantia, a receita aumentará.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 31 votos a favor, 1 voto contra e 7 abstenções fixar a taxa de 1% a cobrar em 2015, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00, e de 1,5% para os sujeitos passivos em que o volume de negócios ultrapasse os € 150.000,00-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, PCP, Hélio Gomes, Pedro Germano e António Moreira, contra João Pedro Gomes e abstiveram-se os membros do PSD. -----

PONTO 4 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2015, PREVISTA NA LEI N.º 5/2004 DE 10.02 - LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 9738 da Câmara Municipal de 10 de novembro a propor a fixação da taxa em título em 0,25% conforme deliberado por maioria em sua reunião de 04.11.2014.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 35 votos a favor e 4 votos contra fixar a taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,25%.-----

-----Anota-se que votaram contra João Pedro Gomes, Teresa Oliveira, Joaquim Gomes e João Bernardes. -----

PONTO 5 - TOMAR CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS E CONTAS – 1.º SEMESTRE 2014 – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – PROMOTORRES, E.M., PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 3 DO ART.º 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15/01, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 9484 da Câmara Municipal de 30 de outubro, a remeter os documentos em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* começou por dar nota que por lapso foi indicado o normativo legal, que já não está em vigor em vez da Lei n.º 73/2013 de 03.09, o que será corrigido na deliberação. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente para uma breve introdução.-----

-----No que se refere aos documentos da Câmara assinalou o decréscimo substancial da dívida, que denota que estão no caminho certo. A dívida a curto prazo e vencida é sustentável e voltaram aos resultados operacionais positivos pelo 3.º ano consecutivo, que ilustra que deixaram para trás os anos de 2009, 2010 e 2011 em que tiveram resultados negativos no 1.º semestre.-----

-----Disse ainda que as receitas estão no caminho da estabilização, mas continuam a ter algumas questões de liquidez.-----

-----Quanto aos SMAS a receita e a despesa é igualitária e estável à excepção do saneamento, pois

continuam à mercê da pluviosidade anual. Comparando as diversas rubricas vêem que o saldo negativo corresponde à diferença na despesa com o saneamento, até porque tiveram um 1.º semestre bastante pluvioso, mas esperam recuperar no 2.º semestre.-----

-----Deixou a nota de que estão na fase final de negociação com a Águas do Oeste S.A no sentido de estabelecer limites máximos para o saneamento esperando no futuro apresentar outros resultados.----

-----Neste relatório do 1.º semestre o **Sr. Luís Carlos Lopes** referiu-se à diminuição do passivo, o que os faz crer que o concelho de Torres Vedras é poderoso, pois independentemente de terem deixado de receber receitas urbanísticas, vêem receitas de outros locais.-----

-----Pensa que mau seria se com mais verbas vindas dos impostos, 600 mil euros das transferências diretas e também, infelizmente, com redução da despesa com o pessoal não o tivessem conseguido fazer.-----

-----Reforçou que a tesouraria é sempre um problema, sendo a contabilidade mais pacífica.-----

-----Sabem que também contribuiu o facto da Câmara Municipal ter feito um conjunto de acordos de regularização de dívidas com algumas empresas, mas é positivo a diminuição do passivo.-----

-----Por último referiu que não põe em causa que o Executivo Camarário não está a fazer o seu melhor.-----

-----O **Sr. Nelson Aniceto** registou a apreciação positiva que foi feita pelo interlocutor anterior, contudo quando refere que a dívida diminuiu porque o Estado impôs cortes, também não podem esquecer a realidade de que os municípios têm cada vez mais competências nomeadamente a nível da educação que não têm a correspondente afetação orçamental do Estado.-----

-----Entende que é redutor dar apenas este ênfase e não enaltecer o cuidado que tem vindo a ser feito.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que o colega não ouviu pois não colocou isso em causa. É um facto objetivo que houve mais transferências e mais receitas dos impostos mas compreende que há transferências de verbas do estado que estão muitas vezes atrasadas e indefinidas, o que causa problemas mais de tesouraria do que contabilidade.-----

-----Pensa que de certa forma a Câmara Municipal foi prudente pois não quis aceitar todas as competências na área da educação como alguns municípios fizeram. De 2013 para 2014 há atrasos mas não são os piores. -----

-----O **Sr. Artur Narciso** disse ser lamentável que os membros do PSD refiram o aumento de receita mas não lamentem que uma parte dela seja à custa da redução da despesas com o pessoal, tendo inclusive de trabalhar mais, o que causa também impacto na economia local -----

-----O **Sr. Luís Carlos** lembrou que disse *infelizmente* ao referir-se a esta questão.-----

-----Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei 73/2013 de 03.09 a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2015 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - GRANDES OPCÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 9482 da Câmara Municipal de 30 de outubro a remeter os documentos em título em CD, o qual incluiu as Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e autorizações genéricas, aprovados em sua reunião de 28.10.2014.-----

-----Presente ainda ofício número 10001 de 18.11 a informar que em reunião realizada desta data, tendo por base a informação DEAF/069, da Divisão de Educação e Atividade Física, datada de 10/11/2014, deliberou incluir na proposta de mapa de pessoal para 2015 aprovado em 28.10.2014, a criação de mais dois lugares de assistentes operacionais para colmatar as deficiências entretanto detetadas pela divisão, e solicita que a Assembleia Municipal considere esta alteração aquando da análise da proposta de mapa de pessoal remetida pelo ofício número 9482.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o orçamento para 2015 tem um aumento de 8% em relação ao de 2014. É um crescimento real pois deixou de incluir montantes correspondentes à venda de bens de investimento para equilibrar as contas.-----

-----As receitas de capital tem um aumento de mais de 35% o que também é significativo.-----

-----Se tiverem em conta, o Choupal e as escola de Campelos e Ponte do Rol prevê investimento de mais de 10 milhões.-----

-----Sublinhou que a despesa com pessoal diminuiu cerca de 6,5% e as transferências para as juntas de freguesias aumentam, não como desejável mas como necessário, as quais espera aumentar mais no futuro.-----

-----Assinalou que as receitas correntes continuam a financiar as despesas de capital.-----

-----Referiu que com a aprovação do orçamento a lei permite solicitar uma autorização para que a Câmara, em situação de dificuldades de tesouraria possa contrair, no decorrer do ano de 2015 empréstimos de curto prazo.-----

-----Por último informou que no Executivo Municipal estes documentos não receberam votos contra, tendo o PSD votado a favor pela segunda vez, o que lhe apraz registar, o que só pode significar a grande valia do orçamento que apresentam.-----

-----O *Sr. Jacinto Leandro* disse que os documentos que estão em discussão são cada vez mais técnicos porque existe alguma diferença entre a contabilidade orçamental e a patrimonial.-----

-----Anotou que após a entrada em vigor do POCAL as receitas estão condicionadas porque não podem ser superiores à média dos últimos 24 meses.-----

-----Relevou o aumento das receitas de capital em cerca de 35,7 % e também o facto de este orçamento não incluir montantes correspondentes à venda de bens de investimento para equilibrar as

contas.-----

-----Igualmente relevou que as receitas correntes continuam a financiar as despesas de capital que traduz um bom principio de gestão.-----

-----No que se refere ao Mapa de Pessoal para 2015 salientou que se cumpre com as regras impostas pelo governo referente à redução de lugares mas, devido às mesmas, importa agora criar mais dois postos de trabalho para a Divisão de Educação e Atividade Física.-----

-----Pedi a palavra o líder da bancada Social Democrata, **Sr. Luís Carlos Lopes**, que respondendo ao edil sobre a votação do orçamento disse que o PSD em tempos votou a favor sob certos pressuposto e os Vereadores do PSD deste mandato fizeram o mesmo, com base no que ficou demonstrado pelo colega Marco Claudino na sua intervenção sobre o IMI. -----

-----Relativamente ao orçamento, o mesmo apresenta no IMT 3 milhões e em termos de impostos diretos e das transferências do governo, mesmo com as limitações referidas pelo edil, há um aumento das verbas e sabem que os valores previstos do IMI vai ser ultrapassado e muito.-----

-----Lembrou que quando fazia parte do Executivo camarário também votou a favor do orçamento com certos pressupostos e nenhum foi cumprido, mencionando a variante de Fonte Grada e o início da estrada para Santa Cruz que teria sido muito útil à população daquela zona e não só.-----

-----Frisou que contrariamente ao que o membro Susana Neves disse, o PSD é completamente pró-escolas, e parece-lhe que o edil devia ter sido mais ousado dando um sinal em relação à Freiria, nem que fosse abrir uma rubrica com um euro. Como isso não foi feito o PSD não vai votar favoravelmente, vai abster-se.-----

-----Lembrou também que o imóvel da SEFO vai ficar pago no próximo ano e os investimentos nos relvados vão a terminar pelo que poderia ter sido mais ousado e prever investimentos para 2016. Seria um indicador positivo, tal como está previsto no PPI um euro para as obras da construção da EB1/JI de S. Pedro da Cadeira e A-dos-Cunhados, incluir a Freiria.-----

-----Não vêm no Plano Plurianual de Investimentos nada de novo. -----

-----Acha bem a reconversão dos SMAS, a mudança da Biblioteca, e também as obras na ex-casa Primavera, pois o PSD sempre defendeu a Juventude cujo apoio era escasso.-----

-----Este orçamento vai sobretudo valer pela amortização da dívida.-----

-----Dão o benefício da dúvida e vão abster-se esperando que o edil avance com as correções orçamentais necessárias para que faça mais 3 ou 4 escolas, ou pelo menos que inicie os projetos. ----

-----O autarca da União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo, **Sr. Celso de Carvalho** manifestou a sua satisfação por ter ouvido o edil dizer que as transferências para as freguesias aumentam, para lembrar o interlocutor anterior que o orçamento não é só cidade, só escolas ou só programas macro.-----

-----Desde que começou a crise, os principais afetados foram as juntas de freguesia e deste modo

podem voltar a ser protocolados outro tipo de apoios que as freguesias precisam para responder às necessidades das populações.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* reportou-se à intervenção do membro Luís Carlos Lopes quando diz que o orçamento não contempla o aumento da receita do IMI, que está mal calculada. A receita está bem calculada e o membro assim não pensa então deve retratar-se. Se houve erros nos cálculos, corrige-se.-----

-----A receita está bem calculada e têm que fazer obra com a receita que têm, mas se a receita foi maior é excelente, no entanto nunca foi prática da Câmara Municipal nem do PS em Torres Vedras prever despesa sem a garantia da receita.-----

-----Se o membro diz que o orçamento lhe sabe a pouco, deve ser porque está habituado a muito. Mas tem que lhe explicar onde é que está habituado a muito.-----

-----Lembrou que têm em execução duas escolas qualquer uma delas com o valor acima de €2.000.000,00. Não está a falar de mega escolas com a da Ventosa que custou cerca de €6.000.000,00.-----

-----Disse ainda que se o orçamento do município de Torres Vedras não é ousado não é por inércia nem por falta de visão, nem de trabalho mas por falta de audácia do governo dado que passado um ano ainda nada sabem sobre o futuro do próximo QREN. Seria audacioso por parte do governo informarem os municípios e as comunidades intermunicipais qual é a aposta. Se soubessem, a ambição de Torres Vedras poderia ser outra, pois sem estes apoios não se fazem obras.-----

-----Lamenta que haja vários PSD, os da Câmara e os da Assembleia, que são distintos porque o executivo camarário votou a favor e os da Assembleia vão abster-se.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* anuiu que as contas que constam do orçamento estão bem feitas mas o edil sabe que vai receber muito mais.-----

-----Fez notar que não há vários PSD e este voto de abstenção tem a ver com uma questão de sensibilidade.-----

-----Quanto às escolas sabem que há umas mais onerosas e outras menos, e não pensam só em mega projetos, pois também há obras pequenas muito importantes e ainda bem que vai haver mais verbas para as freguesias.-----

-----Lembrou que o edil sempre defendeu as “janelas de oportunidade” e se previu um euro para as escolas de S. Pedro da Cadeira e para A-dos-Cunhados podia ter previsto um euro para a Freiria que seria um sinal político que dava, sem querer dizer que faça tudo.-----

-----Concluídas todas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 27 votos a favor, 12 abstenções aprovar os Documentos Previsionais para 2015 do Município de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano,

Orçamento, Mapa de Pessoal, com a criação de mais dois postos de trabalho para a Divisão de Educação e Atividade Física e inclusão das seguintes autorizações genéricas:-----

----- 1 - “Autorização para contratação de empréstimos de curto prazo nos termos do art.º 50 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.-----

-----2 - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais no decorrer do ano de 2014, nos seguintes casos:-----

-----a) Resultem de projetos ou ações constantes das grandes opções do plano;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas anteriormente, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

-----3 - Autorização para celebrar contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, (alínea k) e l) do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09):-----

-----4 - Autorizar a celebração, resolução, revogação dos contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia nas matérias em que ambas as autarquias, considerando estudos prévios realizados, concluíam que a delegação é a forma de melhor servir o interesse público, sem aumento da despesa pública global, em cumprimento dos objetivos e princípios consagrados nos artigos 112º, 118º e 121º RJAL;-----

-----5 - Autorizar a Celebração e Resolução de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia para o exercício das competências previstas no artigo 132º nas situações em que ambas as autarquias, considerando estudos prévios realizados, concluíam que a celebração de acordos de execução é a forma de melhor servir o interesse público, sem aumento da despesa pública global.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, Torres nas Linhas, Hélio Gomes e Pedro Germano e abstiveram-se os membros do PSD, PCP e CDS-PP. -----

PONTO 7 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO RECEITA/DESPEZA E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 6 DA LEI Nº 8/2012, DE 21.02:-----

-----Presente ofício número 9483 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 30 de outubro, do

corrente ano, a remeter os documentos em título conforme deliberado, por maioria, em sua reunião realizada em 28 do mesmo mês.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação dos documentos, começando por dizer que o orçamento dos SMAS procura o equilíbrio entre a receita e a despesa, que tem sido a sua matriz e contempla algumas obras.-----

-----Considera de enaltecer as metas que se tem atingido na rede separativa, com 95% do território coberto, quando a meta nacional é de chegar a 90% em 2020. Devem ter orgulho nestes resultados mas ainda há trabalho para fazer no sentido de superar os 5% que lhes falta.-----

-----Reforçou que Torres Vedras conseguiu estes resultados à custa do QCA que ainda está em vigor pois assumiu como prioridade o saneamento e as escolas.-----

-----A atualização da tarifa de saneamento em €0,50 por consumidor é determinante para que se mantenha o equilíbrio das contas.-----

-----Por último deu nota que espera que até ao fim de 2015 possam ter uma formula de equilíbrio para fazer face aos picos de saneamento devido à maior pluviosidade de forma a que não haja aumento nas despesas de saneamento.-----

-----O **Sr. João Bernardes**, representante do PCP, interveio no sentido de fazer notar que a questão das águas pluviais traz prejuízos sérios e não obstante existirem negociações com a Águas do Oeste para melhorar a situação, o problema existe sendo a razão que os leva a votar contra.-----

-----Em representação do Grupo Municipal do PS, a **Sra. Claudia Ferreira**, interveio para realçar alguns aspetos dos documentos em discussão que lhe suscitaram interesse principalmente o facto de serem suportados por um parecer favorável dos ROC, o que é demonstrativo do rigor dos mesmos.--

-----Frisou que é um orçamento diferente do habitual na sua execução, já que 2014 foi um ano anormal no que respeita à pluviosidade, o que levou à necessidade de uma alteração orçamental para fazer face ao aumento de despesa com a Águas do Oeste S.A.-----

-----Mencionou que a receita corrente excede a despesa corrente em €1.300.000,00 e há um pequeno aumento de despesa corrente face a 2014, que se prende uma vez mais com a necessidade de pagamento à Águas do Oeste, S. A.-----

-----Salientou o facto de nos últimos anos os SMAS terem feito um investimento sustentado na rede de abastecimento de água, rede de recolha de resíduos, e rede tratamento de águas residuais, que têm custos associados, mas que todos consideramos justificados e necessários.-----

-----No entanto fez notar que estão a entrar numa fase em que o esforço que se pede será cada vez mais de manutenção e já não tanto de construção.-----

-----Referiu que as obras que estão previstas para 2015 são continuação de obras já iniciadas em 2014, e referem-se a intervenções a nível do saneamento, reabilitação de reservatórios de água e ainda a construção de um novo reservatório no casal Cochim que vai servir um território que vê a

sua população aumentar substancialmente na época balnear.-----

-----Trata-se de um documento muito positivo, e entendem que a população reconhece que já se encontra servida por uma rede de excelência, que aumenta todos os anos bem como o tratamento dos afluentes domésticos a bem do meio ambiente.-----

-----Assinalou que o país e os portugueses continuam a atravessar uma crise e por isso mesmo mantém-se as tarifas sociais e a preocupação dos SMAS em melhorar planos de pagamento para os que se encontram com maior dificuldade de fazer face aos seus compromissos.-----

-----Disse que os SMAS tem sabido modernizar-se no atendimento mas também ao nível da informação geográfica, avançando agora com uma nova fase de telegestão em que quase 90% dos equipamentos passarão a estar abrangidos por este sistema avançado que permite o controlo de cada reservatório em tempo real.-----

-----Também está previsto a implementação de um projeto de redução das perdas de água que permitirá um maior equilíbrio entre o que é efetivamente utilizado e pago por parte dos SMAS ao seu fornecedor e consequentemente por parte dos consumidores.-----

-----Parece-lhes um orçamento completamente responsável, realista, equilibrado e centrado nas necessidades de quem habita o concelho, com uma total consciência de terem receitas que vem do pagamento de tarifas de água, dinheiro que tem que ser bem gerido e com a noção que este orçamento gere bem essa verba, tratando-se de um dos mais elementares serviços públicos, como é o abastecimento de água às populações.-----

-----O membro do Grupo Municipal do PSD **Sr. João Bastos** reportou-se à intervenção do Sr. Presidente sobre o saneamento, que considera incongruente quando diz que têm 95% de rede separativa e depois refere a questão das águas pluviais. Com certeza que os outros municípios também têm este problema, mas depois têm a água mais barata.-----

-----Anotou que o preço da água este ano não aumentou, mas aumentou a tarifa de saneamento e afinal continua a subir a fatura final.-----

-----Continuam no topo do ranking e estão em concorrência com os outros municípios. Os ordenados são iguais aqui ou noutra concelho mas em Torres Vedras continuam a pagar mais.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que o facto de terem 95% de rede separativa nada tem a ver com o tratamento do saneamento, que são realidades distintas e transversais a todo os concelhos. A questão está na medição dos caudais, que devia ser feita á saída da rede e não à entrada da ETAR. A Águas do Oeste optou por pôr um caudelímetro à entrada, daí que estejam sensibilizados para solucionar o problema. -----

-----Também disse que os 95% da rede separativa não se repercute no volume de faturação do saneamento mas reflete-se nas contas dos SMAS, daí que se esteja a negociar. Só o concelho de Torres Vedras está a negociar, após o que será refletido nos restantes 11 concelhos do sistema -----

-----Relativamente ao ranking do preço da água, o mais recente que conhece é o de hoje do “Público”, onde Torres Vedras é o 8.º do país com a tarifa mais alta. No entanto tem que salientar que continuam a ser um dos concelhos de referência ao nível das famílias porque possuem um conjunto de mecanismos que permite corrigir as tarifas não por pessoa mas em função do rendimento de cada um. -----

-----Tentam cobrar um preço justo, que é o do preço do serviço, podem ter prejuízo, e então têm que ser mais eficientes, reduzir mais a despesa nomeadamente a do saneamento. Provocar desequilíbrios nas contas é algo que reiteradamente lutam para que não aconteça.-----

-----Para prestar alguns esclarecimentos adicionais deu a palavra ao **Sr. Sérgio Simões**.-----

-----Relativamente à questão das águas pluviais esclareceu que podem ter 100% de rede separativa e ter o mesmo nível de caudais nas ETARES. Existe ainda no concelho muita água da chuva que cai nos quintais e vai para o ralo que está ligado à rede de domésticos, e já tentaram sensibilizar a população para o assunto.-----

-----Informou que os membros podem consultar o site da ERSAR, no qual constam os dados de todo o país, e onde existe um documento oficial com os últimos dados, que coloca Torres Vedras na água acima de 65 municípios nos indicadores de acessibilidade económica. Infelizmente no saneamento só tem 5 atrás.-----

-----Entende que não basta dizer que Torres Vedras está no 8.º lugar, e tem que se ter em causa variáveis importantes, tais como o preço a que os municípios compram a água e o diferencial entre o custo e a venda.-----

-----Disse que os SMAS não devem nada a ninguém, não desperdiçam verbas, mas também não seguem a vinculação da ERSAR no de sentido corrigirem as tarifas de saneamento, porque entendem que a estrutura que têm é justa.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** agradeceu a simpatia e o esclarecimento técnico dado e a capacidade analítica de lhe explicar as questões. Fez notar também que os documentos dos SMAS sempre foram apresentados com especial rigor.-----

-----Lembrou que os Vereadores do PSD no Executivo fizeram uma proposta, que não foi aprovada, de não aumentar os custos de saneamento até 3 m³ para que os pequenos escritórios não pagassem taxas elevadíssimas, e que não traria de certeza problemas para o erário público.-----

-----Disse que o PSD se iria abster na votação, porque muito embora haja um exagerado aumento na tarifa de saneamento também há a questão da rede separativa e o pagamento à Águas do Oeste e têm consciência que há equilíbrio e ponderação reais, pelo que vão ver se as tarifas das outras Câmara aumentam para que seja tudo mais equitativo.-----

-----O **Sr. João Bastos** disse esperar que a Assembleia compreenda que estão a tratar de serviços essenciais para população, que não devem ser privatizados e enquanto são geridas por organismos

públicos têm hipótese, em assembleias como esta, debater estes assuntos. -----

-----Também agradeceu as explicações e fez notar que não têm tempo de investigar a fundo todos os assuntos tendo ficado esclarecido quanto à questão das águas pluviais. No entanto compete à oposição estar a “em cima” da gestão dos SMAS e quando criticam é no sentido de melhorá-la. -----

-----Pedeu a palavra o *Sr. Joaquim Gomes* para alertar que estão todos os anos a falar desta questão das águas pluviais, que este ano se traduz em quase dois milhões de euros a mais, o que é muito. ----

-----Aproveitou para dar nota que as águas pluviais da via pública também entram nos esgotos e vão para as ETARES. Há que fazer alguma coisa, pois são verbas que se gastam sem necessidade.-----

-----Não se registando mais nenhuma intervenção o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o assunto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, de 27 votos a favor, 3 votos contra e 8 abstenções os Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento Receita/Despesa e Mapa de Pessoal para o ano de 2015 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei 75/2013, de 12.09 e autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 6 da lei nº 8/2012, de 21.02.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, Hélio Gomes, Pedro Germano e António Moreira, abstiveram-se os membros do PSD e CDS e votaram contra os membros do PCP, encontrando-se ausente da sala José Manuel Cristovão-----

PONTO 8 - AUTORIZAR A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS AO ABRIGO DA LEI N.º 83-C/2013 DE 31.12:-----

-----Presente ofício número 10000 da Câmara Municipal, de 18 de novembro, informar que a Câmara Municipal em sua reunião realizada neste dia tomou conhecimento da necessidade de abertura de procedimentos concursais, para os quais solicita a devida autorização, dado que se verifica o cumprimento dos requisitos cumulativos impostos por lei. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que no mapa de pessoal que foi aprovado em conjunto com o orçamento não houve alterações. No entanto dentro desse quadro têm a necessidade de prover alguns lugares que estão vagos durante o ano de forma gradual, para colmatar situações básicas.-----

-----Deu nota ainda houve uma alteração na lei que regula a contratação de pessoal das autarquias e só 55 municípios podem aumentar os seus quadros, estando a Câmara Municipal de Torres Vedras incluída graças à sua situação económica e número de trabalhadores.-----

-----Não se registou nenhuma intervenção pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a abertura dos seguintes concursos:-----

- 1 Assistente Operacional para a Área de Construção e Manutenção de Vias Municipais (DIOM);-
- 1 Assistente Operacional para a Área de Oficinas (DTT);-----
- 2 Assistentes Operacionais para a Área de Limpeza Urbana (ALU);-----
- 9 Assistentes Operacionais para a Área de Gestão de Resíduos Urbanos (DGAU);-----
- 1 Assistente Operacional para a Área de Mercados e Feiras;-----
- 2 Assistentes Operacionais para a Área de Limpeza Urbana;-----

PONTO 9 – CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DA VENTOSA – ORGANIZAR E GERIR OS TRANSPORTES ESCOLARES, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02:-----

-----Presente ofício número 9999 da Câmara Municipal de 18 de novembro, a informar que em nesta data deliberou vir a celebrar o contrato em título, para o qual solicita autorização prévia para o compromisso plurianual inerente ao mesmo.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que se trata de uma situação excepcional pelo volume em causa, já que os transportes escolares são delegados nas juntas de freguesia mas sendo a Ventosa a freguesia do concelho com mais lugares esta delegação tem uma envolvimento financeira de mais de €80.000,00.-----

-----Aproveitou para dar nota que a Câmara Municipal despense em cada ano letivo cerca de €1.000.000,00 em transportes escolares mas a comparticipação da administração central não chega a 25% deste valor. Pensa que deverá ser assunto para a ANMP pôr em cima da mesa para um pacote de transferências, no sentido de ser corrigida esta discrepância, pois é um encargo muito pesado para as autarquias.-----

-----A *Sra. Teresa Oliveira* pediu a palavra para dizer que o governo central amealha, faz os centros educativos mas depois têm que ser as câmaras municipais a aguentar os transportes escolares das crianças.-----

-----O *Sr. José Manuel Cristóvão* interveio para manifestar a concordância com a autorização solicitada, esperando que a freguesia que preside também venha a ser contemplada com um contrato deste tipo. A Carvoeira tem uma área de 21 km de perímetro e o autocarro da junta percorre 130 km todos os dias sendo as verbas protocoladas insuficientes. Assim espera que no próximo ano letivo possa ver a verba reforçada.-----

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual - contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia da Ventosa – organizar e gerir os transportes escolares dos alunos ensino pré-escolar e do

1.º ciclo ensino básico.-----

PONTO 10 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA A EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE LOJA ANTIGA PARA AS INSTALAÇÕES DA ÁREA DA JUVENTUDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02 E N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 08.06:-----

-----Presente ofício número 9733 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 10 de novembro, a remeter o processo em título de acordo com o deliberado em sua reunião de 4 deste mês.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata das instalações da ex- Primavera cuja obra está pronta para ser adjudicada. Não se trata de criar mais serviços, mas transpor o que fazem na vivenda situada na Praceta Padre Francisco Soares, dando assim mais vida ao centro histórico. -----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual e repartição de encargos para a empreitada de reconstrução e ampliação de loja antiga para as instalações da Área da Juventude da Câmara Municipal de Torres Vedras com a seguinte previsão de custos: 2014 – 29.800,00 +IVA e 2015 – 119.200+IVA.-----

PONTO 11 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DE PÓVOA DE PENAFIRME, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02 E N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 08.06:-----

-----Presente ofício número 9732 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 10 de Novembro, a remeter o processo em título para a devida autorização, uma vez que em sua reunião de 4 do mesmo mês deliberou vir a adquirir a José da Silva Faria, um imóvel constituído por dois artigos matriciais urbanos, artigo 6168 e artigo 3354, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com as áreas de 3.692m² e 3.320m², inscrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob os n.ºs 397 e 6926, com o valor de € 131.631,50 e € 18.368,50. Estes imóveis encontram-se situados na área urbana e no interior do lugar de Póvoa de Penafirme, respondendo às necessidades de construção do estabelecimento escolar.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por informar que a carta educativa do concelho indica uma escola em Povoia de Penafirme, sendo que a existente funciona com o de 1.º ciclo separado estando o Jardim de Infância a funcionar em salas cedidas pelo Externato de Penafirme.-----

-----Procuravam um terreno que respondesse a essa necessidade mas o terreno onde hoje existe a escola de 1.º ciclo está confinado com uma única hipótese de expansão, cujos proprietários não

vendem.-----
----Mais informou que surgiu a oportunidade de adquirir este terreno, que é bastante central, onde funcionava uma serração e possui três frentes de rua, tendo-se chegado a um valor com o proprietário que acharam correto. Não têm a perspectiva de quando podem construir o centro educativo, mas foi uma boa oportunidade e ficam mais descansados.-----
----O *Sr. Francisco Branco* felicitou a Câmara Municipal por esta compra, uma vez que o terreno se situa no centro da cidade muito próximo da outra escola e fica a paredes meia com o lar.-----
----Alertou para o facto de o espaço necessitar de uma limpeza, que a autarquia devia providenciar quando estivesse na posse do terreno.-----
----O *Sr. João Bastos* questionou o que vai acontecer à antiga escola primária.-----
----O *Sr. Presidente da Câmara* diz que ainda era cedo para pensar no assunto mas tem sido hábito, aferir com as juntas de freguesia qual a melhor utilização a dar às antigas escolas primárias. Ainda há algumas devolutas mas, são geralmente cedidas a associações locais.-----
----Terminadas as intervenções o *Sr. Presidente da Mesa* colocou à votação o assunto em discussão.-----
----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual e repartição de encargos da aquisição de duas parcelas de terreno com a área global de 7.012 m² para a construção do Centro Educativo de Póvoa de Penafirme e o seu pagamento será efetuado da seguinte forma: € 50.000,00 em dezembro de 2014; € 100.000,00 em maio de 2015; e € 100.000,00 em maio de 2016-----

PONTO 12 – DELIBERAR SOBRE A DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA AFETAR AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, CONFORME DETERMINA A ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09:-----

----Presente ofício número 8823, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de outubro que de acordo com o deliberado em 7 desse mês e tendo presente as competências deste órgão nesta matéria, a remete o processo da parcela de terreno com a área de 1.521m², classificada como área de equipamento existente, que confronta do Norte e do Poente com Município de Torres Vedras, do Sul com a Avenida Tenente Coronel João Luís de Moura e do Nascente com arruamento, sita na cidade de Torres Vedras, União das Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago, Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães, a qual está avaliada em € 41.276,15, e que se destina a ser integrada no domínio privado desta Autarquia, uma vez que nela se encontra construído o Mercado Municipal de Torres Vedras.-----
----Presente também ofício número 9734, de 10 de Novembro que de acordo com o deliberado em sua reunião de 4 desse mês remete os processos referentes a duas parcelas de terreno, que se

destinam a ser integradas no domínio privado da autarquia a fim de serem cedidas à Associação Social e Recreativa, Cultural e Desportiva de Sobreiro Curvo, com a área total de 5.575,00m2, sitas em Sobreiro Curvo, Freguesia de A-dos-Cunhados, inscritas na Matriz Predial sob o artigo 54 (parte), Secção EE da Freguesia de A-dos-Cunhados, (atual União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira):-----

-----Parcela A – Área 3.769,00m2 a confrontar a Norte com Sandrine Gomes Ataíde dos Santos e Outros, a Sul com Rua da Escola, a Nascente com António José Simão e a Poente com Rua da Escola e -----

-----Parcela B – Área 1.806,00m2 a confrontar a Norte com António José Simão, a Sul com Rua da Escola, a Nascente com Associação Social Recreativa, Cultural e Desportiva de Sobreiro Curvo e a Poente com parcela de terreno do domínio público municipal.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata de regularizar em termos matriciais o terreno onde está construído o mercado municipal e quanto aos terrenos em Sobreiro Curvo trata-se de desafetar terrenos confinantes com o Sobreirense, que foram cedidos à Câmara Municipal através de loteamentos para os ceder em direito de superfície ou doar.-----

-----Não se registaram intervenções tendo o Presidente da Mesa colocado o assunto à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a desafetação das parcelas acima identificadas.-----

PONTO 13 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO OESTE SUL, NOS TERMOS DO ART.º 31 DO DECRETO LEI N.º 253/2012 DE 27.11:-----

-----Presente ofício número 133/DE/2014 da Direção Executiva dos Agrupamentos de Centros de Saúde Oeste Sul, de 10 de outubro último a solicitar a designação de um representante.-----

-----O **Sr. Presidente da Mesa** informou que tinha na mesa duas propostas: -----

-----Proposta A - “O grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal vem por este meio propor o membro desta assembleia Dr. Vítor Fernandes para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Oeste”.-----

-----Proposta B – “O Grupo Municipal Socialista apresenta, em relação ao ponto 13 da Ordem de Trabalhos como representante Jacinto António Franco Leandro”-----

-----Deu nota da metodologia a seguir e procedeu-se à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º 3 do art.º 55 da 75/2013 de 12.09, com o seguinte resultado:-----

-----Proposta A – 11 votos.-----

-----Proposta B – 25 votos.-----

-----3 votos Brancos.-----

-----Eleito para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Oeste, Jacinto António Franco Leandro.-----

PONTO 14 - DESIGNAÇÃO DE DOIS CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS, PARA EFEITOS DO ART.º 17.º DA LEI 147/99 DE 01.09:-----

-----Presente ofício número 269/14 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de 17 de setembro a solicitar a substituição de Jorge Ferreira e Ana Marta Bastos, que faziam parte da comissão alargada, face à sua impossibilidade de permanecerem em funções.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* anunciou que tinha na mesa duas propostas que seriam votadas em conjunto uma vez que era dois elementos que eram solicitados.-----

-----Proposta A – “ O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Torres Vedras vem por este meio propor o membro desta Assembleia Dra. Ana Fiéis para integrar a Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Torres Vedras.”-----

-----Proposta B – “O Grupo Municipal do Partido Socialista, apresenta, relativamente ao ponto 14 da Ordem de Trabalhos, como seu representante Ana Cristina Abreu Moreira.”-----

-----Deu nota da metodologia a seguir e procedeu-se à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º 3 do art.º 55 da 75/2013 de 12.09, com o seguinte resultado.-----

-----Sim – 39 votos.-----

-----Eleitos para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras Ana Isabel Marques Fiéis e Ana Cristina de Abreu Moreira.-----

PONTO 15 - APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente informação referente à actividade do município de setembro, outubro e novembro de 2014 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 18 de Novembro e €2.370.814,42 e o saldo de tesouraria €925.241,13.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 24.00horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a

presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
